

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.755.515 - PR (2020/0230701-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : V A M DE C
ADVOGADOS : ANA ELIETE BECKER MACARINI KOEHLER - PR010039
GREICY KEROL PATRIZZI - PR035028
AGRAVADO : S DO R G DOS S
AGRAVADO : W C DE C
ADVOGADO : PETER OTÁVIO COSTA - PR080534

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por V A M DE C contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE ALIMENTOS AVOENGOS
PRETENSÃO ALIMENTÍCIA EM FACE DOS AVÓS
PATERNOS SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA NETA
MAIOR QUE RECEBE PENSÃO PELA MORTE DE SEU
GENITOR (13 DO SALÁRIO MÍNIMO) OBRIGAÇÃO DOS
AVÓS QUE É SUBSIDIÁRIA FIXAÇÃO DE ALIMENTOS
QUE DEPENDE DA POSSIBILIDADE DOS
PROGENITORES IMPOSSIBILIDADE FINANCEIRA DOS
AVÓS DE ADIMPLIR OS ALIMENTOS SEM PREJUÍZO
DA PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA SENTENÇA MANTIDA
RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO

Alega a parte recorrente violação do art. 1.696 do CC, além de dissídio jurisprudencial, defendendo seu direito à percepção de pensão alimentícia dos avós paternos, trazendo os seguintes argumentos:

6 Apesar do acórdão reconhecer que a Apelante recém atingiu a maioridade, escapou da fundamentação do julgado que a Recorrente continua estudando, de onde surge a necessidade de ainda ser apoiada na verba alimentar! Ressalta-se ainda que a Recorrente não exerce nenhuma atividade remunerada em razão dos estudos e conta exclusivamente com a ajuda materna.

[...]

8 Em caso análogo, a 07 Vara de Família de Curitiba julgou procedente o pedido de alimentos em favor da neta maior de idade e ainda estudante, senão vejamos: (...) (fls. 572).

9 Considerando o julgado acima exposto, cuja cópia integral segue em anexo, resta demonstrada a existência de decisão

divergente em que foram dadas soluções díspares a situações idênticas.

10 Ressalta-se ainda que as questões de fato já foram resolvidas: Vitória teve seu pai assassinado em 2008, começou a receber alimentos (provisórios) em 2015, os quais foram exonerados em 2018. Na época da exoneração dada na própria sentença, a Recorrente havia recém completado 18 anos, sendo estudante e contando apenas com a ajuda materna. Ressalta-se ainda que restou comprovado que apesar da avó paterna ser aposentada, o avô paterno é empresário, possui imóveis e carro importado!

11 A questão de direito que se pretende resolver neste Tribunal Superior, é a aplicação do artigo 1.696, do Código Civil, que estabelece que: "O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros", bem como a efetiva aplicação do Princípio da Solidariedade. [...] (fls. 576/577).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Portanto, observa-se que a responsabilidade alimentar dos avós é subsidiária e complementar, visto que o dever da solidariedade familiar imposta cabe primeiramente aos pais, subsistindo, assim, tão somente, quando restar plenamente demonstrado que os genitores não possuem condições financeiras de suprir as necessidades da prole, como seria o caso dos autos, pois o genitor da Apelante faleceu em 21.11.2008 (mov. 1.7 – origem).

Consta dos autos, todavia, que a Alimentada recebe pensão pela morte do seu genitor em valor correspondente 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente, o que equivale, na prática, ao pensionamento da parcela que via de regra incumbiria ao pai.

Ademais, para que seja admitida a complementação da pensão alimentícia pelos avós, não bastaria provar a impossibilidade do pai de prestar alimentos, sendo necessário, ainda, provas das condições dos avós para arcar com esse ônus, em estrita observância ao binômio necessidade/possibilidade, o que não ocorreu.

Isso porque restou demonstrado que a avó Sueli é aposentada e auferir proventos líquidos de R\$ 2.106,54 (mov. 75.2), os quais são destinados ao sustento de ambos os Requeridos, visto que restou também [2] comprovado que a empresa do avô Wilson está inativa desde 2012 (seq. 58.0), fato que leva a conclusão da ausência de rendimento.

Ademais, como salientado pelo Juízo Singular, em análise dos extratos bancários dos requeridos (seq. 88.1 e 89.1), verifica-se

depósitos de valores superiores aos que os réus alegam receber, porém, se tratam de movimentações esporádicas e ocorridas no ano de 2015, as quais não possuem o condão de demonstrar a existência de um padrão de vida superior ao alegado pelos réus.

Não se pode olvidar, ainda, que os requeridos precisaram realizar empréstimo financeiro (mov. 85.11) para quitar as prestações alimentícias atrasadas e devidas por força dos alimentos provisórios fixados nos autos, conforme se observa da execução de alimentos nº 0017836-61.2015.8.16.0188, a fim de evitar decretação de prisão do avô (movs. 47.1/47.3 daquele processo), demonstrando que o pagamento de pensão alimentícia à neta não lhes tem permitido garantir adequadamente o próprio sustento.

Por fim, cumpre ressaltar que eventuais mudanças na situação financeira dos avós – a exemplo do exercício de atividade remunerada pelo avô - podem vir, no futuro, a justificar nova ação de alimentos, pois a Apelante recém atingiu a maioridade e continua estudando. (fl. 556)

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ademais, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que “não é cabível a utilização de decisão monocrática como paradigma para fins de comprovação da divergência jurisprudencial”. (AgRg no AREsp 1.445.532/RS, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 28/5/2020.)

E ainda: AgInt no REsp 1.829.177/DF, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/4/2020; AgInt no AREsp 1.615.607/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020; AgInt no AREsp 1.466.234/MA, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de

Superior Tribunal de Justiça

25/09/2019; e AgInt no REsp 1.825.110/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 22/5/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente